

## Questões contemporâneas - 05



### HÁ MEMÓRIA POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE? MEMÓRIAS DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA POR UM PRESENTE

**Lidiane Gonçalves Gama Silva**

*Doutoranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Contemporâneos (LABORE/UERJ). E-mail: lidianeggs@gmail.com.*

**Resumo:** O presente artigo busca propor uma reflexão sobre a memória política na Baixada Fluminense – território integrante da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro –, considerando os postulados elencados por Lifschitz para tal conceito e a atividade recente de coletivos culturais na região. A proposta nasce de uma inquietação resultante de pesquisa anterior, realizada por Silva (2014), na qual, como conclusão, pouco se percebeu continuidade e ancoragem de iniciativas contemporâneas na trajetória de movimentos passados. Para o alcance do objetivo delineado, é primeiramente apresentada, com brevidade, a história local, bem como sua associação com a violência e a atuação como resistência. Em seguida, desenvolve-se o conceito de memória política para, enfim, correlacioná-lo com a proposição de releitura por meio do esquecimento pensado por Nietzsche, que serve à vida. Conclui-se com a ideia de que – apesar de diferenças que a fazem escapar, por vezes, do enquadramento no conceito em si – a Baixada Fluminense possui uma memória política em formação, que responde a um espectro não definido justamente porque encontra no presente novos contornos, mas que, entretanto, permanece ali impelindo movimentos, como os coletivos, à ações no espaço público revestidas de intencionalidades.

**Palavras-chave:** Memória política. Baixada Fluminense. Cultura. Coletivo. Memória e esquecimento.

### IS THERE POLITICAL MEMORY IN BAIXADA FLUMINENSE? MEMORIES OF A TERRITORY IN DISPUTE BY A PRESENT

**Abstract:** This paper proposes a reflection on the political memory in the Baixada Fluminense – an integral territory of the metropolitan region of Rio de Janeiro State –, considering the postulates listed by Lifschitz for such concept and the recent activity of cultural collectives in this region. The proposal rises from a concern resulting from previous research by Silva (2014), which, as conclusion, did not perceived complete continuity and anchoring of contemporary initiatives in the trajectory of past movements. In order to reach the objective outlined, the local history is first briefly presented, as well as its association with violence and acting as resistance. Then the concept

**POLÊM!CA**

**LABORE**



**Polêmica - Revista Eletrônica da Uerj** - Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar

bloco D, sl.1001 • Tels.: +55 21 2334-4088 / 4087 • <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/index>  
<http://www.labore.uerj.br> • [laboreuerj@yahoo.com.br](mailto:laboreuerj@yahoo.com.br)

of political memory is developed to finally correlate it with the proposition of rereading through the oblivion, by Nietzsche, which serves life. It concludes with the idea that – despite the differences that sometimes make it escape the framing of the concept itself – Baixada Fluminense has a political memory in formation, which responds to an undefined spectrum precisely because it finds in the present new contours but, however, it remains there impelling movements, like the collective ones, to actions in the public space with intentionalities.

**Keywords:** Political memory Baixada Fluminense. Culture. Collective. Memory and oblivion.

## Introdução

A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

De que tristeza se fala nesse trecho publicado por Walter Benjamin em 1940? Escritas durante seu exílio no período da Segunda Guerra Mundial, suas *Teses sobre o conceito de história* constituem um questionamento à historiografia tradicional da época, nas quais tomava, em algumas considerações, a relação nazismo-comunismo e uma crítica sutil ao marxismo tal qual exercido nesse momento. Mais do que uma crítica, o autor procurava apontar a insuficiência dos conceitos estabelecidos e dos modelos políticos adotados – em especial naquilo que tangenciava a social-democracia. Seu descontentamento encontrava justificativa no uso da história como alicerce de um nazismo capitalista – ou capitalismo nazista – que embebia a sociedade no princípio do determinismo (SILVA, 2011).

Assim, é ponderada a elaboração da história e seus impactos sobre a sociedade: argumenta-se que aquele que se encontra na posição de gerenciar a empreitada histórica, para a tristeza dos que por ele são atingidos, sempre vence. Ou seja, a história, ao ser revisitada, estudada e pensada, tem os traços de sua escrita dirigidos por um viés específico – o do vencedor, do dominador; ele empunhará o lápis da narrativa oficial, tolhendo as possibilidades de uma intervenção que vise sua correção, de modo a abranger as distintas e numerosas nuances até então desconsideradas. Tal entendimento é contemplado ainda por Benjamin com o uso da alegoria na qual um autômato, guiado por um anão, está pronto para cada lance de xadrez de seu opositor e, destarte, sair vitorioso: “O fantoche chamado ‘materialismo histórico’ ganhará sempre. Ele pode enfrentar qualquer desafio, desde que tome a seu serviço a teologia” (BENJAMIN, 1987, p. 222). O regente dessa história, portanto, a faz segundo suas próprias

pretensões, sendo estas compreendidas como oriundas de uma classe dominante, com viés massificador. Nesta perspectiva, a história é escrita

[...] pelas coisas brutas e materiais em detrimento das coisas finas e espirituais. [...] o materialismo deveria ter discernimento para analisar a história: não concentrar sua observação nos fatos, *mas no espírito que provoca e ascende os acontecimentos*. Esse último elemento é, consideravelmente, esquecido pelo materialismo. Os acontecimentos, por serem múltiplos na história, têm um enredo próprio e muitas vezes passam despercebidos, por isso, necessitam de um olhar preciso, atento. Caso contrário, não se percebe as provocações que norteiam o seu acontecer e mudanças. O materialismo, como sustenta Benjamin (na V “tese”), não considera este princípio, mas procura visualizar os acontecimentos na força e barbaridade. (SILVA, 2011, p. 146, grifo nosso).

Sem a pretensão de aprofundar as discussões apresentadas por Benjamin, o intento é perceber, aqui, algo que perdura na contemporaneidade. Ao se falar de Baixada Fluminense – foco da reflexão proposta neste artigo –, mergulha-se em um universo de representações perverso construído por um dominante e hoje enraizado no imaginário local. Sob o estigma da violência e do abandono, foi escrita uma história que subjugou seus diversos matizes em favor do sensacionalismo da barbárie, com a mídia exercendo um papel determinante. Essa história tem o olhar do vencedor, do dominante, e é sob sua visão que se exerceu a empatia do olhar exterior – e até interior! – ao longo de muitos anos, relegando as outras memórias ao provável esquecimento, expulsando-as das páginas que protagonizam esse conhecido “era uma vez” que simplesmente não encontra um fim. Sua essência está sempre retornando, investindo seu peso sobre o presente.

Mas, por vezes, esse pesar encontra resistência, se choca com um novo emaranhado de agenciamentos, que ao cercá-lo constroem o *novo*, retomam o que foi relegado ao esquecimento como via de uma *outra* ação, lançando-se no campo da disputa de narrativas. Um exemplo desse outro agir foi tema de pesquisa anterior (SILVA, 2014), cuja inquietação resultante impulsionou a reflexão aqui proposta: a TV Maxambomba. Foi pesquisada, à época, a atuação dessa TV de rua na região da Baixada Fluminense durante as décadas de 80 e 90 e sua influência na construção de narrativas positivas sobre esse território marcado por estereótipos nocivos que afetavam a identidade de seus moradores e do local em que residiam. Provocando os sujeitos por ela atingidos, o intento da TV era fomentar a cidadania por meio de uma comunicação efetivamente comum, que empoderava e responsabilizava cada um pelas transformações necessárias a sua própria realidade, inspirando uma metamorfose que os deslocava da

passividade e conformidade para o papel de agentes ativos nos jogos de poder social. Em meio ao contexto de pós-ditadura, buscava agir em prol da democratização usando a mídia como ferramenta de intervenção na estrutura social, capacitando esses sujeitos para sua inserção na disputa de narrativas. Sua experiência alcançou o mundo, sendo tema de discussão em diferentes países como referência em comunicação alternativa ou comunitária.

Diante disso, qual seria, então, a inquietação gerada nessa pesquisa que influi diretamente na elaboração deste artigo? Ao seu término, percebeu-se que a memória do trabalho da referida TV é escassa no seu próprio local de existência e atuação, remanescendo lembranças que insurgem por meio de poucos atores envolvidos no seu processo. Hoje, outras experiências tomam o espaço público *baixadense*: são os coletivos que se identificam na cultura e por meio dela buscam intervir na esfera pública. Porém, apesar disso, sua idealização e atuação não parecem se ancorar nesse passado de resistência, com o esmaecimento da trajetória de luta que marcou a região.

Essa aparente falta de continuidade, de lembrança, trouxe um questionamento quanto ao relacionamento dos atuais projetos na região com o passado, com a história local e seus desdobramentos presentes. A TV Maxambomba nasceu de um desejo de contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais na região, que emergiam na busca por direitos e desenvolvimento social em um empenho pela redemocratização do país com o fim da ditadura. Essa história de luta passada não parece acompanhar as propostas atuais que se desenrolam na Baixada – apesar de haver uma forte pauta política nos coletivos que lá atuam.

Ainda assim, paralelamente, há que se destacar a manutenção e perpetuação de uma paridade, a descoberta de uma isonomia entre projetos passados e presentes: o enfrentamento à lógica perversa que sempre os marcou, negociando novas representações, trazendo um novo pensar para a identidade de sujeitos e do território ao qual pertencem e no qual circulam.

Vislumbra-se, como teoria, uma desvinculação de toda uma trajetória de luta passada em uma prática que se mostra voltada para o presente e para o futuro, mas que tem nesse presente algo que vem de um passado perverso na elaboração de sua representação e que, mantendo-se contemporânea, afetaré seu futuro. É considerando esse cenário que pergunta-se, então: há *memória política* na Baixada Fluminense?

Compõe, portanto, objeto deste trabalho o “caldeirão cultural” (SAAVEDRA, 2013) da Baixada Fluminense, representado em seus coletivos e movimentos sociais, e sua relação com

a memória local. O objetivo é discutir se lá existe uma memória política, visto que esse conceito é dotado de paradigmas que a circunscrevem. Para responder a essa pergunta, a princípio será apresentado brevemente um panorama desse território e a discussão do próprio conceito de *memória política*, novo no campo da Memória Social, posto que traz pela primeira vez a peculiaridade da intencionalidade nas associações de compartilhamento de memória e sua consequente intervenção na esfera pública. A hipótese que se propõe aqui é de que há uma configuração diferenciada na Baixada, que não se adéqua plenamente aos pressupostos da memória política, mas que nela encontra muitos pontos em comum. Parte-se da ideia que o espectro que ronda a região não está definido, e sim sendo construído simultaneamente com a própria memória política local.

Por fim, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência” (BENJAMIN, 1987, p. 224), o que desperta para as diferentes formas em que a memória pode ser reelaborada, em uma nova leitura, que não se ancora na cronologia, mas sim liberta-se de muitos dos rastros que se perdem no presente, restando um incômodo murmúrio a assombrar, que é, no entanto, pensado pelo resgate da vida que urge hoje. Esse entendimento encontra apoio e consonância nas discussões de Nietzsche, que pensa uma história a serviço daquilo que mais importa: a vida, trazendo o esquecimento como ferramenta salutar dotada de potencial de criação.

É no entrelaçar dos eixos acima apresentados, que se quer propor, então, uma reflexão e um debate sobre a memória política nas margens periféricas da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro: a Baixada Fluminense. Como norteadores da discussão, são basilares a história local e a observação das novas narrativas que insurgem nesse território.

### **Memórias de uma Baixada...**

“Cem motivos para chorar e um trilhão para sorrir.”

*Baixada – Slow da BF.*

Essa é a Baixada Fluminense que o *rapper* Slow da BF apresenta na música intitulada “Baixada”. Dos primeiros habitantes aos dias atuais, a região se transformou e oscilou em sua importância e representação no estado. Para entender essas ondulações, é preciso rever



brevemente sua trajetória que culmina na efervescência cultural que desenha este horizonte vibrante como pano de fundo.

A memória histórica<sup>1</sup> da Baixada Fluminense tem raízes no período colonial. Sua importância estava diretamente relacionada a seus recursos fluviais, facilitando o transporte durante o Ciclo do Ouro<sup>2</sup>. Em seguida, despontaram novos caminhos terrestres que expandiram não apenas o povoamento, mas também sua relevância como território estratégico, reforçada também durante o Ciclo do Café<sup>3</sup>. Posteriormente, o surgimento das estradas de ferro implicou em um reordenamento do desenho local, com a concentração de pessoas próximas às estações e a decadência das demais regiões. Enquanto se reorganizava com o impulso da citricultura, o Rio de Janeiro, capital do país, ganhava visibilidade nacional e internacional, atraindo um contingente populacional incompatível com o projeto urbano da cidade, pensado a partir dos parâmetros europeus. Somou-se a isso um segundo chamariz: o revés da Segunda Guerra Mundial empurrou o país para o caminho da industrialização, fazendo que trabalhadores migrassem para a capital, ainda mais com o impedimento das exportações gerando uma crise na agricultura. É aqui que começa a construção da Baixada enquanto periferia, às margens da capital.

O desenvolvimento industrial, somados aos projetos de modernização em ação no Rio, intensificaram a ocupação nas margens da capital, incapaz de absorver o contingente populacional que se deslocava para lá. A Baixada, com amplo espaço de terra de uma falida história agricultora, dividiu as várias fazendas da região em lotes para venda ou aluguel e recebeu esse povo oriundo de todo canto do país em busca de melhores condições de vida, constituindo-se em *periferia* e seus municípios em *idades-dormitórios*, uma expansão da metrópole. A migração acelerada desencadeou uma explosão demográfica na região, ‘um inchaço populacional, descaracterizando sua vida rural’ (Figueredo, 2004) e arquitetando um ambiente que mistura o urbano e o rural, a continuidade de uma ocupação desordenada [...]. (SILVA, 2014, grifo nosso).

Era preciso extirpar a miséria, a pobreza e a doença. E o Rio de Janeiro optou por alocá-las às suas margens, concentrando a massa de trabalhadores que o atendia próximo ao núcleo, resultando em um crescimento desequilibrado e carente de justiça social. O *boom* demográfico não foi acompanhado de políticas públicas e “a ausência de equidade perdura pela ineficiência

<sup>1</sup> Entende-se, aqui, memória histórica como aquela que é legitimada. Segundo Lifschitz (2016), “é da ordem do registro textual e produzida a partir do poder” e articula-se “com a textualidade, a unicidade e o Estado [...] é necessariamente fixa e generalizante” (p. 68), portanto, “de certa forma, congela a memória social” (LIFSCHITZ, 2014, p. 145-146).

<sup>2</sup> “[...] ao conectar Minas Gerais ao litoral, em um caminho aberto no século XVIII que atravessa diretamente a Baixada Fluminense” (SILVA, 2014).

<sup>3</sup> Século XIX.

estatal” (SILVA, 2014). O abandono do Estado abre espaço para a criação de novos personagens<sup>4</sup>, entregando seu controle político na mão de “novos coronéis”. A mancha da violência, então, começa a se espalhar pela região alcançando os ouvidos da capital, que usará de meios para fortalecer esse estigma que começa a nascer.

Era o espaço opaco da periferia, com a propagação e venda da política do medo, que, estigmatizado, jamais seria espaço da luz – conforme usado por Rocha (2009) citando Santos. Essa representação tomou corpo e ganhou o mundo, propagando-se, com o reforço dos meios de comunicação [...] toda a Baixada entrou para o mundo do cinema com um filme inspirado no matador Tenório Cavalcanti, ‘o homem da capa preta’, alcunha ganha pelo fato de carregar sempre escondida em sua capa uma submetralhadora chamada de “Lurdinha”. (SILVA, 2014, p. 74-75).

A imprensa, em tempos de sociedade do espetáculo, se apropria dessa associação Baixada = Violência em meio à inexistência de um poder legal organizado, situação que se agrava durante a ditadura. Por mais que haja resistência, a representação está formada. Por mais que componha em igualdade o espaço metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, permanece marginalizada, estereotipada, inferiorizada. Periferia na mais deteriorante significação que a palavra poderia ter. Essa é a ideia que estampará os jornais, folhetins e demais meios de comunicação. E tamanha será sua abrangência que ela será interiorizada pelos moradores que residem no próprio território, com a formulação de uma memória legitimada que vai ignorar tantas outras memórias e possibilidades narrativas, relegando-as ao espaço do que é subterrâneo.

Os meios de comunicação, como fonte de conhecimento e informação para a audiência que atendem, ocupam lugar privilegiado na construção de imaginários, de representações, de memórias sociais e, na Baixada Fluminense, seu papel foi determinante.

Essa fama de terra da pistolagem foi aproveitada e ainda mais reforçada sinistramente nos anos da ditadura militar pela imprensa sensacionalista, que endeusava a ação do Esquadrão da Morte, do Mão Branca e afins, e folclorizava a cidade com requintes de mundo cão. [...] Terra de Marlboro, ‘cidade onde galinha cisca pra frente’, e daí por diante [...] tendo sua autoestima continuamente massacrada. (HB, 2013, p. 25).

Essa visão ganhou reforço quando a Unesco publicou um estudo, na década de 1970, que apontava a cidade de Belford Roxo, naquele momento um distrito de Nova Iguaçu, como

<sup>4</sup> Com a emergência de nomes como Tenório Cavalcanti, o Homem da Capa Preta, e o Mão Branca. Segundo Enne (2004), o primeiro era um líder político polêmico, associado diretamente à violência; já o segundo, era o nome usado como disfarce para a ação de grupos de extermínio na região.

o lugar mais violento do mundo. A divulgação do dado pela mídia teve função afirmativa sobre a imagem negativa da Baixada que se formava e houve um aumento no quantitativo de matérias em jornais impressos a respeito da temática Baixada Fluminense e violência, que se expandiria na década seguinte (ENNE, 2007). Figuras como o Mão Branca – visto como justiceiro local mas enquadrado em grupos de extermínio – ganharam as páginas com redações como, por exemplo: “Só mato na Baixada”<sup>5</sup>.

Assim, manchetes como “Câncer vizinho”<sup>6</sup> (ao citar Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense) deram o tom da comunicação da imprensa na segunda metade do século XX e até o que se propõe como resistência foi aproveitado ao tangenciar o tema. É o caso das ações durante a ditadura.

Nesse período, com especial apoio da Igreja Católica, eclodiram diversos movimentos sociais na defesa da garantia de direitos humanos, colocando municípios como Nova Iguaçu e Duque de Caxias na linha de frente da luta contra os abusos do regime militar no estado do Rio de Janeiro. Atores sociais como Dom Adriano Hipólito e Dom Mauro Morelli assumiram a causa do povo e buscaram, por meio de pastorais sociais, proporcionar dignidade a todos que ali residiam. Porém, suas ações não passaram impunemente pela repressão militar – e tampouco para a ala conservadora de sua Igreja.

Dom Adriano, dentre muitas atividades, criou a Comissão de Justiça e Paz e publicava semanalmente o periódico “A Folha”, em que constavam reflexões sobre o cotidiano infligido àquela população; além disso, impeliu o ativismo comunitário do Movimento Amigos de Bairros (MAB) e a ação dos sindicatos trabalhistas. Seu trabalho culminou na explosão de seu carro, em frente a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e em seu sequestro, em 1976. Em uma referência ao comunismo, o bispo foi abandonado com tinta vermelha sobre o corpo despido. Algum tempo depois, em 1979, não bastasse os atentados e ameaças a sua vida, a diocese que dirigia foi alvo de uma bomba, que detonou no sacrário. A cobertura da imprensa transitou unicamente sobre o aspecto violento dos atos. O atentado atingiu diretamente a população,

[...] que foi às ruas em uma procissão de dez mil pessoas, em uma reação que afastou o medo e deu lugar a ânsia de justiça e de direitos (Figuras 6 e 7). Misturando-se a população estavam membros da CNBB, OAB, ABI e muitas outras instituições que

<sup>5</sup> Jornal Última Hora, 05/03/1980 (ENNE, 2007).

<sup>6</sup> Editorial do Jornal do Brasil, 1977, conforme Enne (2004).



apoiavam a democracia e a luta do povo [...] foi a partir do final da década de 1970, após os atentados que atingiram não apenas o Bispo, mas também a arquidiocese e representantes de grupos de comunicação, que a população começa a se organizar efetivamente [...] com a ruptura do longo período de ditadura militar, movimentos sindicais, associações de bairro, entre muitas outras iniciativas da sociedade civil começam a se espalhar [...] A região, aliás, já tinha um histórico de associações desde a década de 1950, mas foram fortemente reprimidas na ditadura, encontrando na Igreja um dos poucos lugares de resistência. Suas reivindicações, além da própria defesa da democracia, remontavam principalmente aos problemas que floresceram a partir da década de 1940, com o crescimento demográfico desordenado, sem um projeto de urbanização eficiente; a falta de saneamento básico e de acesso a educação e saúde de qualidade (NASCIMENTO, 2009). Era, num primeiro momento, a luta pelos direitos básicos e pela cidadania, mas que na percepção do comum levantaria uma outra questão: a reafirmação de identidades coletivas e da memória local. (SILVA, 2014).

Foram tempos de ir à rua, marchar em silêncio e em lágrimas numa diocese que nascia e já pagava um alto preço por ter escolhido por a ênfase no social e no resgate dos pobres, em região que hoje cresce e promete, mas que, então era dormitório do Rio de Janeiro e onde os pobres eram cada dia mais encurralados num processo de guetização. (Padre Zezinho<sup>7</sup>).

O cenário com o qual lutavam não era diferente do que se passava no resto do país, mas havia um aspecto peculiar desta região: grupos de extermínio, conhecidos como esquadrões da morte, agiam em consonância com militares, promovendo a reestruturação das relações de poder nos municípios da Baixada Fluminense.

De um modo geral, a interferência militar teve como diretriz a supressão, com enfraquecimento ou cooptação, das formas de oposição existentes ou que viessem a surgir. E para tanto, um conjunto de ações bem definidas foram realizadas: cassações de prefeitos e vereadores, fechamento e ocupação de câmaras e prefeituras, imposição de interventores e pressão para o ingresso no partido governista. (ALVES, 2003 apud BEZERRA, 2010).

A relação política *versus* ação social é destaque nesse período na região. O revezamento veloz de prefeitos em cidades, como Nova Iguaçu, evidencia bem essa questão, com “onze prefeitos em onze anos”, entre os anos de 1964 e 1975, comprovando a interferência dos governos militares na liderança das cidades da Baixada (REMIGIO, 2017). Com grande influência na Câmara Municipal, os militares impeliam vereadores a iniciar um processo de afastamento do prefeito em exercício, alegando quaisquer irregularidades. Com a destituição promulgada mesmo sem a comprovação dos fatos, um interventor aliado às práticas de repressão era nomeado de modo a fortalecer o regime no município.

<sup>7</sup> Em manifestação publicada em: [http://www.padrezezinhoscj.com/wallwp/artigos\\_padre\\_zezinho/pastoral/abomba-no-sacrario](http://www.padrezezinhoscj.com/wallwp/artigos_padre_zezinho/pastoral/abomba-no-sacrario).

Paralelamente aos atos de opressão do governo, moradores buscavam demonstrar sua insatisfação, seja por vias alternativas de comunicação, seja pelo empenho dos movimentos de bairros, por exemplo. O caso da passeata em Magé em apoio ao presidente deposto, Jango, demonstrava o repúdio pelo golpe. Porém, na sequência, cidadãos foram arrastados às delegacias, em mais uma ação repressora (PORTUGAL, 2017).

Surgiu, então, um medo que permanece ainda hoje, silenciando toda uma população em um campo que deveria ser de disputa por todos os atores da esfera pública: a política. Basta um olhar atento às últimas eleições na Baixada Fluminense (2016), em que foram eleitos prefeitos e vereadores com contundente interferência de grupos milicianos, que apoiam candidatos às Câmaras como tática para o início de uma influência maior nos âmbitos estadual e federal. O período que antecedeu o pleito foi de extrema violência, com ameaças e opressões que culminaram em uma onda de mortes pelos seus municípios (Figuras 1 e 2). A violência demandou uma ação federal, e militares foram encaminhados durante o período de votação para garantir que as eleições transcorressem de forma “segura”. Isso demonstra a perpetuação de cabrestos eleitorais e uma lei de silêncio que favorece os envolvidos. A dimensão dos crimes, entretanto, foi depreciada pela Polícia Civil, que os caracterizou pelo incômodo da atuação de lideranças comunitárias pré-candidatas a cargo naquele ano, ignorando seu enquadramento como crime político, que naquele momento extravasava o campo do comum, atingindo contornos de um verdadeiro surto (MARTINS; VASCONCELOS, 2016).

**Figura – 1:** Reportagem do jornal online El País



Fonte: VETTORAZZO; CANÔNICO, 2016.

**Figura – 2:** Reportagem do jornal online Folha de São Paulo



Fonte: MARTÍN, 2016.

O passado de resistência é desconhecido, hoje, de grande parte da população. Além dessa memória subterraneada, o próprio conhecimento e valorização do potencial do território foi ignorado. Seu amplo potencial turístico é desconhecido por muitos que moram na região e seu patrimônio histórico desprovido de laços de afetuosidade com os sujeitos que procura sensibilizar, alcançar – vide casos como a Reserva do Tinguá, a Serra do Vulcão, a Fazenda de São Bernardino, a Igreja do Pilar, a Estação de Pacobaíba, o Caminho do Ouro, etc.

O “ser Baixada” deveria, portanto, ir além do que a mídia insistiu em ensinar ao longo da segunda metade do século XX. Há, atualmente<sup>8</sup>, mudanças expressivas na forma como a mídia tradicional carioca lida com a alteridade da periferia, mas mesmo aí há um encaixe em uma fórmula que não dá conta das identidades e memórias que lá circulam.

Entretanto, esse sistema enviesado, que alimenta a inibição de tantas memórias, tem encontrado um forte movimento social que, aliado à popularização da tecnologia e aos incentivos governamentais a cultura, se expande no Brasil, com a emergência de uma sociedade civil que tem reagido às fórmulas e concepções que regem a vida social e inferem na versão oficial de “nós mesmos” e do território ao qual “pertencemos” e pelo qual “circulamos”. Trata-se do empoderamento de grupos sociais como recurso para a construção de vias alternativas de significação, resultando em diferentes formas de mobilização e na construção de novas narrativas. Essa conturbação sobre a ordem dominante age sobre representações assimiladas há tanto tempo, contribuindo para a reelaboração da memória local, podendo reorientar (ou até criar na sua ausência) relações de pertencimento e possibilitar aos sujeitos vislumbrar um outro horizonte.

Porém, essa nova organização que atinge principalmente o aspecto cultural da região não parece se encontrar com o passado, mas sim estabelecer reações ao presente, mergulhando no campo das relações de poder. Seria possível, então, falar de uma memória política?

### **A memória política e seu encontro com o esquecimento nietzschiano**

Ao se falar em memória política, poder-se-ia incorrer na ideia da lembrança em comum de acontecimentos associados a marcos políticos da história. Entretanto, o conceito que se quer aqui discutir vai além dessa concepção que, assim entendida, poderia apenas ser incluída como

---

<sup>8</sup> Uma mudança que começou a ser construída a partir da década de 1990, projetando-se uma imagem mais positiva da Baixada Fluminense, com cadernos regionais em jornais de grande circulação que publicizavam o cenário cultural e social que emergia à época (ENNE, 2007).



vertente da Memória Social. Portanto, é preciso, primeiramente, especificar o conceito com o qual se pretende conduzir essa discussão. Para além do que se evoca, pensa-se em um campo de práticas que emergem em vinculação com determinados processos políticos (LIFSCHITZ, 2014).

A memória social, conforme estudada por Halbwachs, denota um vínculo singular, um registro múltiplo, um tipo de laço social que está permanentemente se recriando, visto que novas relações se estabelecem a todo tempo entre os sujeitos e, por isso, está, então, mais próxima da vida social, da experiência em si. Mais do que um conjunto de imagens representativas do coletivo, reflete as relações sociais, um certo laço de um grupo que assim recorda: espontaneamente. Não há intencionalidade, apenas *há*; e no passar da vida, pode não mais haver. Isso não significa que não existem agentes externos a sua formação – o que é tema de discussão no campo da memória –, mas não há um fim que a englobe, e sim, antes, uma “atração desejosa que os indivíduos estabelecem quando falam de seu passado” (LIFSCHITZ, 2014, p. 147), que “nasce em grupo e remete a grupos” (Id., 2016, p. 69), mesmo quando não estão presentes. Portanto, uma forma de agregação social, cujos laços são efêmeros e permitem o deslocamento entre os grupos.

A memória política, entretanto, não é plenamente contemplada nessa definição e rompe com alguns desses postulados. O ponto de insurreição fundamental, talvez, seja a não espontaneidade, substituída, então, por uma intencionalidade. Mais do que entendimento: afetação, inferência.

Os grupos de memória de Halbwachs carregam a premissa da partilha de laços que envolvem lembranças e sentimentos consonantes na criação de comunidades afetivas. Na memória política, há também uma congregação, mas não mais espontânea, e sim estratégica. Há um objetivo que implica em um movimento proposital: intervir no mundo social, confrontando sua estrutura através de ações determinadas, lançando para esfera pública uma narrativa com o qual se deseja gerar uma perturbação na ordem estabelecida. Não é natural, não é consensual; é antes dificultosa e incômoda, no sentido de a quem se direciona, seja porque resgata algo doloroso ou porque traz à tona algo que se quer esquecer ou cuja memória sofreu algum tipo de processo de distorção ou eufemismo, minimizando o que não se quer minimizar. Ou seja, é posicionamento diante das disputas de sentido da memória.



Um ideal cujas raízes já se podia vislumbrar nos estudos de Pollak (1989), quando destacou pesquisas no campo de memórias de grupos minoritários. Ele apontava a existência de memórias subterrâneas, oprimidas pela memória oficial, esmagadas sob a força do braço de memórias nacionais ou outras legitimadas. Mas tais memórias descobriram formas de desatar o nó que as sufocava e atingiram a superfície, ocasionando confrontos que podem ser entrevistados nas lembranças de sobreviventes e partícipes de guerra, bem como em uma geração que sobreviveu aos desmandos de governos ditatoriais, e que agora colocam em xeque a versão dominante dos fatos e a condução memorial no que diz respeito a homenagens e marcos para as vítimas da violência estatal.

Segundo Lifschitz (2016), o “campo da memória política é especialmente heterônomo. As disputas do campo político incidem com toda sua força e vontade de domínio sobre a memória” (p. 76), se articulam com as diversas formas de pensar e as distintas visões de mundo, e tanto podem caminhar para o silenciamento quanto para a elucidação daquilo que é objeto dessa disputa. As políticas de Estado podem influenciar no resultado, mas não são mais determinantes, pois a atribuição da memória política vai além da atuação no campo político; seus agentes

[...] visam o sistema de cargos públicos e recursos, e suas intervenções são principalmente denunciativas. Não pretendem ‘entrar’ no Estado, mas sim interpelá-lo e responsabilizá-lo por crimes cometidos contra os cidadãos. Os agentes da memória inscrevem coletivamente uma demanda ética que não tem paralelo no campo político, constituindo *habitus* que foram gerados por incansáveis práticas micropolíticas no interior do sistema jurídico de Estado. O fato de permanecer em uma demanda ética e jurídica que responsabiliza o Estado, e por sua vez estar fora da lógica do campo político, é a nosso ver uma das diferenças desses agentes. (LIFSCHITZ, 2016, p. 77).

Junto a eles, é imprescindível ao campo a presença das testemunhas que “ao narrar suas memórias, convocaram os espectros [...] que não se podem ver, mas que se escutam e fazem a política escutar vozes que perturbam” (p. 78). O tema dos espectros toca especialmente à memória política em virtude da compreensão de que algo ronda determinada sociedade ou grupo, algo que não tem corpo, mas tem uma mensagem clara, que circula incômoda, inquieta, provocando sua manifestação. Na sua “fenomenalidade sobrenatural e paradoxal” evoca a “a visibilidade furtiva e inapreensível do invisível ou uma invisibilidade de um X visível, essa sensibilidade insensível” (DERRIDA, 2011, p. 22), na constituição de um “não-objeto, esse presente não presente, esse estar aí de um ausente” (ibid., p. 21).

Sendo assim, retomar-se-á o caso aqui analisado em uma tentativa de entender, mais do que responder, a pergunta que intitula e norteia esse trabalho. Para pensar a memória política na Baixada Fluminense, considerando o histórico aqui apresentado, serão destacadas algumas observações para colaborar na retomada e vinculação com a hipótese apresentada: 1) a Baixada possui uma intensa história de violência política, seja da capital que a marginalizou com a corroboração da imprensa, seja pela (não) ação governamental em seu território; 2) no período da ditadura e no sequencial, grupos se organizaram de modo a enfrentar o regime e os estigmas que insistiam em definir sua representação, despontando um movimento civil que lutava pela redemocratização cientes do passado que haviam vivenciado; 3) esses movimentos se esvaíram e deram lugar a novos agenciamentos, novos grupos, novos coletivos cuja proposta não parece ser de continuidade, imergindo de forma mais específica nas disputas do campo da cultura, negociando a identidade que até então marcava o lugar de sua origem.

Esses novos grupos – que continuam surgindo e se reinventando – se estabeleceram nos últimos vinte anos e tem contribuído diretamente na construção de novas narrativas sobre o território, adotando práticas de valorização que tem reformulado a concepção da identidade local. Desde *site* de notícias a selos musicais, passando por saraus, cineclubes e gibi, a Baixada tem de tudo. E essa mistura desponta com o potencial de reelaborar a memória deste lugar tão estereotipado.

Entretanto, o que permanece de referência do passado? A trajetória anterior de luta política não costuma figurar os discursos de criação dessas atividades. Uma marca, porém, permanece: a de periferia subordinada ao estigma, algo que ainda hoje é interiorizado pelos moradores. A representação midiática da Baixada Fluminense é preponderante e visível nos dias atuais. Mas agora uma resposta é dada: a periferia tem conteúdo! A periferia é mais do que dizem que ela é e só quem vive nela é capaz de expressar isso. O próprio termo periferia ganha outras conotações que a conectam a um sentimento de orgulho. É o que se vê em movimentos como o *Eu amo Baixada*, inspirado na marca e ícone pop mundial “I ♥ NY”. A adaptação foi criada pelo designer Wesley Brasil e retrata um pouco dessa motivação dos agentes culturais da Baixada Fluminense, que procuram destacar o lado antes opaco da região.

Sempre soube da campanha projetada por Glaser, que é um dos maiores ícones do design. A ideia nunca foi ‘copiar’, mas de alguma forma usar aquela estética que já existia a favor do nosso território, que sempre foi massacrado midiaticamente com as notícias de chacinas. Vestir uma camisa que diz ‘Eu amo a Baixada’ é um gesto de resistência e causa sempre uma reação nas pessoas (BRASIL, 2014).

A crueldade que caracterizava esse lugar, até então, também é apropriada de novas formas, como a frase “Baixada cruel”, destacada em músicas e estampada em camisetas, em uma avaliação positiva dos “sobreviventes” que criam e recriam em meio ao caos que marca o território.

Portanto, para responder a inquietação que gera toda essa discussão, parte-se do trecho inicial do artigo *Em torno da memória política*, de Lifschitz (2016): “O termo memória política remete à ideia de que enquanto alguns povos escolhem esquecer, outros recusam esse esquecimento. Porém, tais antinomias parecem ilusórias, porque lembrar e esquecer não constituem oposições absolutas” (p. 67). Pode parecer, então, que a memória política destaque a necessidade do não esquecimento, e assim seria provável a ausência de uma memória política na Baixada Fluminense na medida em que a trajetória de luta passada não exerce uma função referencial. Todavia, em releitura da segunda etapa dessa citação, encontrou-se em Nietzsche uma reflexão capaz de solucionar aquilo que prefigura a aparente pedra no caminho: o excesso de história pode ser prejuízo, a deficiência de um tempo adoecido pela febre histórica; o esquecimento é condição do viver e a historicidade conduz ao momento da ousadia do começar, do criar (NIETZSCHE, 2003). Ele ressalta que, mesmo em tempos de “memória registradora” (NORA, 1993), em uma ilusória realidade em que impera a necessidade de tudo arquivar, a história possui seus usos e suas desvantagens, e que só é preciso aquilo que move para a vida e para a ação, impulsionando o presente rumo a um futuro. Uma história que, desse modo, sirva à vida, permitindo “assimilar o passado, liberar-nos de suas impressões, abrindo espaço para o presente” (CAVALCANTI, 2016, p. 248), sendo “capaz de gerar um futuro” (ibid., p. 247). Logo, o esquecimento é salutar ao homem e ao seu agir no mundo, o que o filósofo sintetiza bem no seu trabalho *Segunda Consideração Intempestiva*: “A todo agir liga-se um esquecer: assim como a vida de tudo o que é orgânico diz respeito não apenas à luz, mas também à obscuridade” (NIETZSCHE, 2003, p. 9).

A pretensão de reter toda a memória é apresentada como impedimento para o efetivo viver do presente. É necessário, então, uma ruptura nessa lógica de continuidade histórica apreensível para que o novo possa manifestar-se. “Trata-se de um esquecimento ativo que permite interpretar, selecionar, rearranjar os elementos do passado a partir de uma linha de demarcação entre o que deve ser visto e o que deve permanecer obscuro” (CAVALCANTI,

2016); uma triagem finda na propositura de uma outra interpretação. Do passado, interessa aquilo que poderá fortalecer o presente ou iluminar o futuro.

As experiências passadas não perdem seu valor. Mas viver uma memória de antiquário, saudosa, de veneração ou contemplação ao que se realizou, não é produtivo. Quando se vive no passado, cai-se no risco de não se entusiasmar mais com o presente e não se satisfazer com o novo. Entender que aquilo foi a resposta de um tempo específico e que o agora é outro tempo é fator facilitador da inovação. Os modelos são, no fundo, ilusões generalizantes, pois “o que foi possível uma vez só se poderia produzir uma segunda vez como possível [...] cada fato em sua peculiaridade e unicidade exatamente formada” (NIETZSCHE, 2003). A própria experiência da TV citada no início desse artigo (assim como seu contexto de implantação), ao ser compreendida como memória monumental dirige o saudosista a uma admiração, incompletude e até incompetência diante do inatingível. Talvez aí se encontre os motivos do incômodo com sua descontinuidade, a frustração com sua trajetória rumo ao esquecimento pela nova geração.

Para Nietzsche (2003), o excesso de memória que tomou conta das sociedades é limitador, escraviza, torna o sujeito não reativo, contém a potência de ação do corpo do homem para a criação de valores. Por isso, a memória e a história devem ser pensadas sempre com um intento: servir a vida, do contrário deteriorará o presente e o futuro. O homem precisa aproximar-se de um equilíbrio entre as diferentes formas de evocar o passado e também esquecê-lo.

Esta memória encontraria, no resgate da força plástica do esquecimento, a possibilidade de exercitar um movimento afirmativo da vida, posto que para se produzir o novo, faz-se necessário ter apenas o que nos impulsiona para o futuro. Então, esta nova memória apontaria para o futuro através do equilíbrio entre lembrar e esquecer. Uma memória que retém experiências e as transforma em vida. Uma memória ativa, que não se encontra preta de ressentimentos, mas que é uma lembrança de si, lembrança da fusão do homem com o mundo, implicando num outro nível de responsabilidade, mais próxima do que chamamos de ética [...], como um processo aberto a criações infinitas de novos modos de existência, inseparáveis da liberdade de criar e escolher novos valores. (NASCIMENTO, 2008).

Lembra-se, portanto, que há uma marca negativa, um estereótipo, um estigma que tenta definir o território e seus sujeitos, que vem de um passado, mas que se inscreve em seu presente. Esquece-se da representação da vitimização, de marginalizados e se cria algo novo a partir daí, que surge como afirmação de um potencial que já se sabe existir, mas não se sabe até onde vai, lançando luz não só sobre esse novo presente mas, também, sobre o futuro; criando novas

memórias que podem se circunscrever no campo da memória política, mas que não são, estão. Não se sabe bem o que ronda e impulsiona as ações: se há um espectro, este também está a se definir; mas em si traz muito do que se identificou como Baixada até então. É isso que se responde, é um outro que se afirma. Esse espectro pode ser compreendido como mais nítido nas gerações anteriores e esmorecido na atual, ou ser percebido em seu momento mais intenso ao encontrar, hoje, um forte movimento que responde vividamente a ele. Afinal, identificá-lo é difícil e, segundo Derrida (2011), “sempre existe mais de um” (p. 23). O fato é que ele encontra novos contornos; seu sussurro toca de modos diferentes; e, por fim, de uma forma ou outra, impele à ação, impele à intervenção.

É nessa lógica que se percebe a ação dos coletivos na Baixada Fluminense hoje: eles propõem uma comunicação intencional. Qual o intento? Mostrar uma nova perspectiva do território e das pessoas que o compõem, provocar transformação social pela cultura e cidadania, intervir no fluxo que constrói e desconstrói as identidades diariamente (ou a cada sessão do sarau, ou do cineclube da cidade...). Congregar e agir. Tomar o espaço e por ele produzir reflexão, adotando estratégias para promover a tal metamorfose e sobreviver no contexto de escasso investimento – que, apesar da melhoria significativa nos últimos governos de esquerda no Brasil, é insuficiente para a demanda das periferias. A mídia ainda reafirma aquilo que se tenciona vencer, mas essa disputa e vitória almejada não se erigem por negação ou recusa, mas sim pela afirmação do muito (a vida!) que existe para além dessa representação, edificando as bases daquilo que responderá à tristeza apontada por Benjamin (1987) e apresentada no início deste artigo, pois o dominado sai do papel do subjugado para ser agente construtor dessa nova história.

A juventude tem curiosidade de conhecer novas coisas, novas ideias, novos movimentos. Eles estão descobrindo o amor pela Baixada. É uma galera muito cabeça aberta, em expansão de horizontes [...] A Baixada está desmistificando a mentalidade de que é apenas consumidora, passando a produzir conteúdo. Saímos só do cineclube e nos tornamos uma intervenção urbana multimídia<sup>9</sup> (O DIA, 2016).

O trecho acima é um relato do fundador do cineclube Buraco do Getúlio, em Nova Iguaçu, um dos mais conhecidos da Baixada Fluminense. Criado em 2006 como alternativa ao limitado circuito de cinema no município naquela época (eram apenas três salas em um shopping, que hoje conta com uma expansão para seis e um novo shopping soma mais sete),

<sup>9</sup> Entrevista de Diego Bion, fundador do Cineclube Buraco do Getúlio.



seu nome faz referência a uma passagem sob a linha do trem que conecta os dois “lados” da cidade, próxima ao bar em que acontecem as exposições. Além de transmitir filmes, o espaço é usado também para diversas formas de manifestações artísticas. Esse é apenas um exemplo dos ingredientes que compõem o tal caldeirão cultural na Baixada. Falando apenas em cineclube, há ainda: o Facção Feminista Cineclube, o mais recente, fundado em 2016, em Duque de Caxias, apenas por mulheres; o Cineclube de Guerrilha da Baixada (CGB), criado em 2011, em São João de Meriti; e o Mate com Angu, também de Duque de Caxias, nascido em 2002, que produz, exhibe e capacita para a apropriação da linguagem audiovisual na cidade e discussão sobre as imagens apresentadas.

Esse universo baixadense ainda conta com:

o Centro Cultural Donana, em Belford Roxo, que surgiu em meados da década de 1980 mas só contou com programação fixa a partir de 2010, que traz poesia, cinema, dança e etc para a população local no espaço de um quintal; o Roque Pense, em Mesquita, um coletivo com fins ao fortalecimento da mulher no cenário cultural local promovendo festivais e debates que colocam como ponto central a questão de gênero; o Macaco Chinês, em Duque de Caxias, um coletivo que trabalha o audiovisual “com núcleos de cinema, música e teatro de rua”; a Capa Comics, nascida em 2013, que fugiu da regra de gibis com super-heróis e batalhas ambientadas nos Estados Unidos e mudaram o cenário do produto para a Baixada Fluminense refletindo seu cotidiano; a Pirão Discos, gravadora independente lançada em 2013, que resolveu destacar os artistas da Baixada Fluminense e promover a “nova MPB, Música Popular da Baixada (SILVA, 2014).

Todas são iniciativas gratuitas, apesar de enfrentarem contratempos com o financiamento, e descobrem no público, por vezes, a colaboração necessária para a manutenção da atividade. Além desses, muitos outros coletivos se fazem presente no território com orientações similares.

Algumas iniciativas buscam, não obstante, trabalhar diretamente a comunicação, em uma proposta alternativa de uso da ferramenta tão explorada contra o próprio lugar; é o caso do Site da Baixada, que tem por norte editorial a publicação de notícias de cultura e cidadania prospectando um novo imaginário; a Agência Is, a primeira agência de comunicação brasileira a trabalhar exclusivamente com ações e negócios de impacto social; e as Designlinhadas, que pensam o *design* e as artes visuais como instrumento de diálogo entre pessoas e lugares.

Se há referência nas experiências anteriores do movimento civil na Baixada Fluminense, parece que não, apesar de haver exceções e similaridades nas pautas engendradas. Porém, algo remanesce e do passado alcança o presente. Existe uma consciência nítida de que o potencial

local foi por muito tempo enterrado e desmerecido, e que intervir nessa percepção é demanda do seu tempo, iluminando o que antes estava completamente escurecido ou à meia luz; transbordando um conhecimento velho-novo, reinventado em suas concepções e formulações mais sobrepostas a vida real nesse lugar.

### (In)Conclusões

Eu cresci ouvindo que o lugar onde nasci e fui criado é amaldiçoado, que nada de bom sai desse lugar, e isso faz com que as pessoas fiquem com autoestima baixa. Isso mexeu comigo durante muito tempo, mas me fez ter mais força para fincar aqui minhas raízes. (DUDU, 2010, p. 135).

A palavra *raiz* remete ao que é basilar, portanto, anterior. Mas Dudu de Morro Agudo, rapper de Nova Iguaçu, inverte essa relação em uma escolha que transforma a ordem natural, de baixo para cima, em de cima para baixo. Ciente de tudo o que se propaga a respeito de seu território, voluntariamente finca nele suas raízes e intencionalmente vai às ruas reafirmar o que alicerça essa decisão, dando origem ao Movimento Enraizados – cuja teia já atingiu o Brasil com um lema que entrelaça não só a rede cultural da Baixada Fluminense, mas a rede de um enfrentamento que é de toda a periferia brasileira: “Sozinhos nós podemos fazer pouco, juntos nós podemos fazer muito”.

É um presente que evoca uma atitude por parte daqueles que o vivenciam, em uma resposta singularizada na simplicidade daquilo que há, mas no momento está relegado à escuridão. Pela denúncia isso vem à tona, é iluminado, desvelado por uma atividade que estrategicamente adota a iluminação como um fim; a retirada de tantas vendas tecidas com as linhas de um passado duro, que apesar de não permanecer plenamente nítido nas mentes dos agentes presentes, deixou marcas contemporâneas. E é sobre essas marcas que os coletivos vão operar, são essas marcas que a mídia tracejou ao longo do período de urbanização da Baixada Fluminense e que ainda perduram, incomodam, rondam o território e o assombram. Essa iluminação de que se fala, não é unilateral nem homogênea, é dispersa, múltipla em sua construção e existência, é heterogênea, desnivelada.

Não parece haver, portanto, o retorno de um passado ou o desejo de fazer justiça a um passado arbitrário. A justiça que se quer incide sobre a experiência presente. E os agentes dos coletivos culturais são a testemunha de algo que nunca deixou de lhes infringir sua força e que os acompanhou por toda a sua jornada. Não é um desmerecer do tempo pretérito (até mesmo

porque ele permanece; fala-se aqui de um ponto na história não correlacionado aos atos presentes e não do passado em sua totalidade), mas o encontro nele daquilo que hoje causa a constante inquietação, em uma memória de duração. Como já debatido, o excesso de memória pode neutralizar o ato político. Então, no lugar de se acorrentar às minuciosidades do passado – recheado de experiências políticas intensas e com atos civis exemplares, que culminaram em projetos expressivos em sua época – percebe-se o agora, ouve-se o espectro e lança-se a novos agenciamentos que o convocam para reafirmar o potencial territorial. Por isso, entende-se que “deixar passar, esquecer como exercício ativo de vontade, é uma visão de mundo” (LIFSCHITZ, 2016, p. 76), uma forma de nele se posicionar e intervir. Uma intervenção criativa justamente porque se permitiu um equilíbrio entre o lembrar e o esquecer, uma dialética salutar para o viver, sua finalidade, como afirma Nietzsche (2003).

Há ainda que se considerar que as influências sensíveis dos antigos projetos na atualidade subsistem de alguma forma, apesar dessa não clareza<sup>10</sup>. O que impede de generalizar uma possível ausência de herança ou legado. Apesar da sensação de não ancoragem nas lutas passadas, é perceptível o compartilhamento atemporal de pautas políticas que continuam constituindo a demanda e os debates dessa população, criticando as definições e generalizações que a ela se impuseram.

Considerando a argumentação desenvolvida poder-se-ia falar, então, em memória política? Talvez sim, talvez não. Porque mais do que o passado, cuja carga aqui se associa a um trabalho de enquadramento da mídia, propõe-se refletir sobre uma memória que está, neste momento, em formação por estes grupos, está em disputa com base em um tempo pretérito que os alcança de forma sutil, em uma luta que atinge também as identidades, pensadas nos cruzamentos traçados pela alteridade. Esse argumento se relaciona com o entendimento de que a memória é atual e se (re)constrói no tempo presente, sendo assim, passível de reelaboração a qualquer instante. Essa nova memória está permeada por políticas, mas parece precoce afirmar já ser uma memória política.

O receio de uma resposta é confundir memórias sobre práticas de violência política com o efetivo campo da memória política e seus agenciamentos. Por isso, mais que responder, se quer propor uma reflexão sobre o tema na periferia da região metropolitana do Estado do Rio

---

<sup>10</sup> Como visto em Silva (2014), alguns projetos atuais encontram raízes em experiências anteriores e seus protagonistas.

de Janeiro. Essa escassez de precisão, de tal modo, deve incentivar a continuidade do debate e não esmorecê-lo. Permanece, então, a hipótese de que tanto o espectro quanto a memória política na Baixada Fluminense estão em processo de elaboração, com uma definição que carece ainda de nitidez justamente por uma possível incompletude. Esse espectro, aliás, tem na sua característica uma não definição, o escape à concretude, à tangibilidade.

Eis aqui, ou eis ali, lá longe, uma coisa inominável ou quase; alguma coisa, entre alguma coisa e alguém, quem quer que seja ou alguém, alguma coisa [...] esta coisa, entretanto, e não uma outra, esta coisa que nos olha vem desafiar tanto a semântica como a ontologia, tanto a psicanálise como a filosofia. [...] Ela ainda não é nada que possa ver quando se fala dela. (DERRIDA, 2011, p. 21).

Mas ela “nos olha” e é fato que seus agenciamentos afetam a vida neste território, deslocam as narrativas e as reinventam tomando por base a vida em seu acontecimento diário, sem espetacularizações, e sim apenas como ela é. E esse apenas comporta muitas coisas dentro dele, que inseridas na disputa pela memória e pela identidade vão (assim espera-se) reverberar por todo esse espaço e por todos os sujeitos no futuro.

## Referências

BENJAMIM, W. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1).

BEZERRA, Luiz A. A interferência militar na Baixada Fluminense e o domínio familiar em Nilópolis. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14, 2010, Unirio, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276730355\\_ARQUIVO\\_ANPUH2010\\_textodacomunicacao\\_LuizAnselmoBezerra.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276730355_ARQUIVO_ANPUH2010_textodacomunicacao_LuizAnselmoBezerra.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL, Wesley. Acabou o arrêgo na cultura da Baixada Fluminense: A produção local está cansada de se calar e vai fazer um barulhão. **Site da Baixada**. Opinião. 27 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. ‘Eu Amo Baixada’: camisetas entram em pré-venda com preço promocional. **Site da Baixada**. 10 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://sitedabaixada.com.br/post/169540051562/eu-amo-baixada-camisetas-entram-empr%C3%A9-venda>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CAVALCANTI, Anna H. Memória e criação em Nietzsche. **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 245-262, 2016. Disponível em: <[http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ\\_19.pdf](http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2018.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2011.

DUDU de Morro Agudo. **Enraizados**: os híbridos locais. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade, imprensa em uma perspectiva relacional. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 2, p. 101-116, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6594>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. **Ciberlegenda**, n. 14, 2004. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/viewFile/222/118>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Identidades como dramas sociais: descortinando cenários da relação entre mídia, memória e representações acerca da Baixada Fluminense. In: RIBEIRO, Ana Paula G.; FERREIRA, Lucia Maria A. **Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ENNE, Ana Lucia S; DINIZ, Betina Peppe. Reportagem policial na imprensa carioca dos anos 80: o caso Mão Branca e a mitificação da violência na periferia. In: ENCONTRO DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3, 2005, Novo Hamburgo/RS. Novo Hamburgo/RS: UFRGS, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva** (1950). São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Les Cadres Sociaux de La Mémoire** (1925). Paris: Albin Michel, 1994.

HB, Heraldo. **O cerol fininho da Baixada**: Histórias do cineclube Mate Com Angu. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013. (Tramas Urbanas, s. 3, v. 5).

LIFSCHITZ, Javier A. Os agenciamentos da memória política na América Latina. **RBCS**, v. 29, n. 85, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n85/10.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Em torno da memória política. **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 67-82, 2016. Disponível em: <[http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ\\_19.pdf](http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MAPA DE CULTURA. Secretaria de Estado de Cultura. Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/>>. Acesso em: set. 2014.

MARTÍN, María. A campanha de “matar quem atrapalha” nas eleições municipais do Rio. **El País**, Rio de Janeiro, 24 jul. 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/politica/1469053544\\_610983.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/politica/1469053544_610983.html)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MARTINS, Marco Antônio; VASCONCELOS, Gabriel. Na Baixada Fluminense, 14 candidatos e políticos foram mortos desde 2015. **Folha de São Paulo**. Rio de Janeiro, 6 set. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1810543-na-baixada-fluminense-14-candidatos-e-politicos-foram-mortos-desde-2015.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

NASCIMENTO, Aline R. Uma leitura Nietzscheana do filme O trem da vida. In: BARRENECHEA, Miguel Angel. **Dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. (Conexões).

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

O DIA. Buraco do Getúlio comemora 10 anos. **O Dia**, Rio de Janeiro, 9 jul. 2016. Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/rio-de-janeiro/odiabaixada/2016-07-09/buraco-do-getulio-comemora-10-anos.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/odiabaixada/2016-07-09/buraco-do-getulio-comemora-10-anos.html)>. Acesso em: 16 jul. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.



PORTUGAL, Ricardo. Livro revela ação da ditadura militar na Baixada Fluminense. **Portal UFRJ**, Rio de Janeiro, 30 jan. 2017. Disponível em: <<http://portal.ufrj.br/livro-revela-acaoda-ditadura-militar-na-baixada-fluminense/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

REMIGIO, Marcelo. Livro mostra como a ditadura mudou rumo da política na Baixada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 mar. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/livro-mostra-como-ditadura-mudou-rumo-da-politica-na-baixada-21048633>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SAAVEDRA, Renata. **Há vida inteligente fora da bolha**. Palestra em TEDxRio. Publicado em 3 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1JXSumAdNnQ&list=UUst0YIqwnpJCM-mx7-gSA4Q>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

SILVA, Antonio W. Elementos sobre o conceito de história em Walter Benjamin. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 19, n. 76, out./dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/14997/11195>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SILVA, Lidiane G. G. **Memorial Maxambomba**: perspectivas de transformação social nos rastros da TV Maxambomba. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

VETTORAZZO, Lucas; CANÔNICO, Marco Aurélio. Palco de 14 assassinatos de candidatos, Baixada Fluminense tem clima de insegurança. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 2 out. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1819048-palco-de-14-assassinatos-de-candidatos-baixada-fluminense-tem-clima-de-inseguranca.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

---

**Recebido em:** 01/08/2018.

**Aceito em:** 30/12/2018.